
A ÍNDIA PARA ALÉM DO SUL DA ÁSIA: A DIPLOMACIA DE DEFESA INDIANA NA REGIÃO DO OCEANO ÍNDICO¹

INDIA BEYOND SOUTH ASIA: INDIAN DEFENSE DIPLOMACY IN THE INDIAN OCEAN REGION

DOI: 10.5380/cg.v%vi%i.85792

Matheus Moraes Alves Marreiro²

Resumo

Após o término da Guerra Fria, a Índia tem buscado ser reconhecida como uma potência emergente no cenário internacional. Isso se deu devido a uma alteração em sua estratégia por meio de uma política de diversificação de parceiros. A literatura tem apontado para um aumento da presença da Índia no cenário global e regional, passando a projetar seu poder não somente para sua vizinhança imediata no Sul da Ásia, mas também para sua vizinhança estendida – África, Golfo Pérsico, Ásia Central, Sudeste Asiático e Oceano Índico. Desse modo, este artigo busca analisar a diplomacia de defesa indiana para a região do Oceano Índico durante o governo United Progressive Alliance (2004-2014). Para isso, foi adotada uma metodologia qualitativa para analisar os documentos oficiais do ministério da defesa indiano. Nota-se que, no caso analisado, um aumento das práticas diplomáticas de defesa indiana acarreta uma maior incidência de cooperação em defesa na região do Oceano Índico. Contudo, essa diplomacia tem como objetivo evitar a presença da China na região.

Palavras-Chave: Aliança Progressista Unida; Índia; Diplomacia de Defesa; Oceano Índico.

Abstract

After the end of the Cold War, India has sought to be recognized as an emerging power on the international stage. This was due to a change in strategy through a partner diversification policy. The literature has pointed to an increase in India's presence on the international and regional scene, projecting its power not only onto its immediate neighborhood in South Asia, but also to its extended neighborhood – Africa, Persian Gulf, Central Asia, Southeast Asia and Indian Ocean. This paper seeks to analyze the Indian defense diplomacy to the Indian Ocean region during the United Progressive Alliance government (2004-2014). For this, a qualitative methodology was adopted to analyze the official documents of the Indian Ministry of Defense. It is noted that in the case analyzed, an increase in Indian defense diplomacy practices leads to a greater incidence of defense cooperation in the Indian Ocean region. However, this diplomacy aims to avoid the presence of China in the region.

Keywords: United Progressive Alliance; India; Defense Diplomacy; Indian Ocean.

1. INTRODUÇÃO

Após o período da independência indiana até o final da Guerra Fria, a Índia manteve seu foco estratégico em questões internas e problemáticas relacionadas às suas fronteiras, como, por

¹ Este artigo está licenciado sob a [Licença Creative Commons Attribution \(CC BY 4.0\)](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/), sendo permitido o compartilhamento com reconhecimento da autoria e publicação inicial nesta revista.

² Doutorando em Estudos Estratégicos da Defesa e da Segurança (PPGEST - UFF). Mestre em Segurança Internacional e Defesa pela Escola Superior de Guerra (PPGSID - ESG). Bacharel em Relações Internacionais pela Universidade Católica de Petrópolis (UCP). E-mail: mathmarreiro@hotmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4508-5285>.

exemplo, as guerras com o Paquistão em 1947, em 1965 e em 1971, e a Guerra com a China em 1962. Nota-se que, durante esse período, a região do Oceano Índico estava envolvida na grande disputa geopolítica da Guerra Fria entre as duas potências, Estados Unidos e União Soviética. Com isso, a Índia optou por uma estratégia voltada para a consolidação de suas fronteiras terrestres. Além disso, buscou manter-se como um não alinhado, evitando o envolvimento em questões geoestratégicas das grandes potências.

Segundo Barry Buzan e Amitav Acharya (2019), a Índia passou por uma mudança na política externa no pós-Guerra Fria que incorporou a abertura econômica do país, dando maior ênfase à diplomacia econômica e a diversificação de seus parceiros. É nesse contexto, portanto, que a Índia passou a ser vista como uma potência regional em vias de emergir como potência global nas próximas quatro décadas (BEHURIA; PATTANAIK e GUPTA, 2012). Com isso, o Estado indiano busca traduzir parte desse tecido econômico em músculo militar, resultando em um aumento de sua própria concepção de seus interesses, bem como de seu papel no cenário global. (RAGHAVAN, 2013).

Atualmente, a Índia é um país que se destaca na região do Sul da Ásia em termos de tamanho, população, economia, poder militar e relativa estabilidade interna. Ela representa aproximadamente 80% do Produto Interno Bruto total e gasta cinco vezes mais em defesa do que todos os outros países da região juntos. Além disso, possui aproximadamente três quartos da população e território sul-asiático (BEHURIA; PATTANAIK e GUPTA, 2012).

No cenário global, a Índia é apontada por ser a democracia mais populosa do mundo e se destaca por ser a sétima economia mundial (WORLD BANK, 2018), sendo projetada, pelo relatório da PwC³, como a segunda economia em 2050. Do ponto de vista militar, a Índia já se tornou o quarto maior orçamento de defesa mundial (SIPRI, 2018).

Na visão de Raja Mohan (2014), os líderes indianos vêm trabalhando nos últimos anos para aumentar o seu poder, para então elevar a posição regional e internacional da Índia. Desse modo, a Política Externa indiana do pós-Guerra Fria não é apenas voltada para a sua vizinhança imediata, o Sul da Ásia, mas também para a sua “vizinhança estendida”, a qual inclui uma parte da África, o Golfo Pérsico, a Ásia Central, o Sudeste Asiático e a região do Oceano Índico (MOHAN, 2014).

No que se refere ao Oceano Índico, a presença marítima indiana não é inteiramente nova; no entanto, o foco na região tem se intensificado devido a maior participação de Nova Délhi no mercado global e no processo de globalização (BERLIN, 2011) e por possuir uma costa com 7.516,6 quilômetros, 1197 ilhas e 2.013.410 km² de Zona Econômica Exclusiva (INDIAN NAVY, 2009, p.62).

3 A PricewaterhouseCoopers International Limited ou PwC é uma multinacional prestadora de serviços profissionais com sede em Nova York e Londres. A PwC atua nas áreas de auditoria, consultoria e serviços acessórios para empresas. Essa empresa produziu um relatório chamado “*The Long: How will the global economic order change by 2050?*”, publicado em fevereiro de 2017.

Além do mais, a região do Índico é estratégica para o país, pois a economia indiana é criticamente dependente dos mares para sua conduta comercial e sua segurança energética⁴. Dado esse cenário, deve-se questionar como a inserção indiana, por meio de sua diplomacia de defesa, tem sido praticada em sua vizinhança estendida, mais especificamente na região do Oceano Índico. Nesse sentido, busca-se questionar: em que medida a diplomacia de defesa indiana tem contribuído para uma maior aproximação e cooperação com seus vizinhos? Argumenta-se que a Índia adota uma estratégia através da utilização da diplomacia de defesa nessa região para se aproximar e cooperar com vizinhos, ao mesmo tempo que busca conter a projeção de atores estatais e não estatais no Índico.

Portanto, objetiva-se analisar a diplomacia de defesa indiana para a região do Oceano Índico durante o governo *United Progressive Alliance* (UPA), liderado pelo Partido do Congresso e o Primeiro-Ministro Manmohan Singh, de 2004 até 2014. Durante o contexto analisado, o governo indiano reitera a importância da vizinhança estendida na formulação de sua política externa e de segurança, levando a uma maior participação da Índia nessas regiões.

Como foi apontado por Iver Neumann (2003), a diplomacia é um ótimo exemplo de uma prática em que o texto desempenha um papel central. Em complemento a isso, Antônio Silva destaca que as interações ligadas a diplomacia de defesa são, na maioria das vezes, normatizadas através de documentos no âmbito do Congresso, do governo ou de entidades que atuam na política internacional, assim como documentação no âmbito da Defesa. (SILVA, 2018, p.186). Desse modo, este artigo visa utilizar um método de revisão bibliográfica e documental ligados a defesa indiana.

Este artigo está estruturado, além dessa introdução, em três outras seções e uma conclusão. A primeira consiste em discutir a diplomacia como uma instituição internacional a partir da Escola Inglesa e a diplomacia de defesa como uma sub-instituição da diplomacia. Na segunda será analisada a estratégia da UPA. Em seguida, na terceira seção, discute-se a diplomacia de defesa indiana na região do Oceano Índico. Por fim, caminha-se para às considerações finais.

2. A DIPLOMACIA COMO UMA INSTITUIÇÃO INTERNACIONAL

A diplomacia tem despertado o interesse da Escola Inglesa das Relações Internacionais desde as suas primeiras gerações até os tempos atuais e tem fornecido *insights* para a compreensão dela como uma prática social (NEUMANN, 2003). Uma das primeiras contribuições da Escola vem dos estudos de Martin Wight (1979), para o qual o conceito de diplomacia⁵ se torna um elemento central

4 Grande parte do petróleo e do gás importados do Golfo Pérsio e da África são transportados através do Oceano. É também onde estão localizados os campos *offshore* de petróleo e gás do país, responsáveis pela maior parte da produção doméstica (INDIAN NAVY, 2009, p.65).

5 A diplomacia, para Wight (1979) é um sistema e uma arte de comunicação, sendo uma tentativa de ajustar interesses conflitantes por negociação e compromisso.

em discussões sobre as relações internacionais. O autor reconhece requisitos de existência de questões sociais na prática da diplomacia, abrindo portas para o estudo da diplomacia atual, sendo algo além de relações entre Estados, apesar de ele próprio não ter inclinado o seu trabalho nessa direção (NEUMANN, 2003).

As práticas diplomáticas são constituídas no tempo e no espaço. Contemporaneamente, na visão de Watson (1982), os Estados no cenário global são interdependentes, ou seja, não dependem apenas de si mesmo. Logo, tudo que acontece fora, no campo internacional, acaba afetando as políticas domésticas dos Estados. Em síntese, as relações entre os Estados não funcionam em um vácuo e isolamento (WATSON, 1982).

Os trabalhos desenvolvidos por Hedley Bull em seu livro “A Sociedade Anárquica: um estudo da ordem política mundial” merecem ser destacados. Na abordagem de Bull (2002), a diplomacia é apenas uma entre as diversas instituições que fazem parte da Sociedade Internacional⁶. Diferente de Wight, o autor (2002, p.187) prefere adotar um conceito de diplomacia mais amplo, no que consiste “a gestão das relações entre Estados e outras entidades da política mundial, por meios pacíficos e com o uso de agentes oficiais” (BULL, 2002, p.187). Nesse sentido, a diplomacia é realizada por agentes oficiais ou pessoas autorizadas oficialmente para agir em nome de um Estado ou de outras entidades políticas que participam da política mundial.

Ademais, Bull (2002) aponta quatro funções da diplomacia. A primeira delas é facilitar a comunicação entre os líderes dos atores que participam da política mundial. De acordo com o autor, a ausência de comunicação impossibilitaria haver uma Sociedade Internacional ou um Sistema Internacional. Desse modo, uma das funções da diplomacia simboliza a existência de uma sociedade de Estados. A segunda função se refere à negociação de acordos. “Sem a negociação de acordos, as relações internacionais ainda seriam possíveis, mas reduzir-se-iam a encontros passageiros entre duas comunidades políticas, marcados pela hostilidade” (BULL, 2002, p.196).

A terceira função se concentra na busca e na avaliação de informação sobre países estrangeiros, com o intuito de cada Estado formular sua própria política externa. Por último, porém não menos importante, a quarta função é reduzir os efeitos dos atritos nas relações internacionais. Essa função é possível devido às convenções respeitadas pelo diplomata ao tratar com funcionários estrangeiros e por ele conseguir exercer influência na política doméstica de seu próprio país. (BULL, 2002).

A diplomacia inclui a formulação e a execução da política externa de um Estado, podendo ela ser pautada em relações *ad hoc* ou institucionalizadas de modo bilateral ou multilateral⁷ (BULL,

6 Para Bull (2002, p.19) uma sociedade internacional ou “sociedade de Estados” existe “quando um grupo de Estados, conscientes de certos valores e interesses comuns, formam uma sociedade, no sentido de se considerarem ligados, no seu relacionamento, por um conjunto comum de regras, e participam de instituições comuns”. Dentre essas instituições existentes, ele aponta as seguintes: o balanço de poder, a lei internacional, a diplomacia, a guerra e o concerto de grandes potências.

7 As relações bilaterais ocorrem a partir de relacionamentos formais entre um Estado ou governo e outro, constituindo também vínculos entre dois povos ou sistemas políticos. Uma diplomacia multilateral pode ser

2002). Bull (2002, p.191) identifica que os encontros dos europeus com os ameríndios eram *ad hoc*, pois “surgiram puramente em decorrência da necessidade de entregar uma determinada mensagem, ou realizar uma transação, sem qualquer implicação de relacionamento permanente, ou de sistema de regras e convenções mutuamente acordado”. Por outro lado, as relações diplomáticas atuais se dão de forma institucionalizada, pois ocorrem de forma “permanente entre as partes interessadas, na base de regras e convenções bem compreendidas, que em certos casos têm status legal” (BULL, 2002, p.190)

Nesse ambiente em que as relações diplomáticas ocorrem de forma institucionalizada, os Estados atuam bilateralmente ou multilateralmente não apenas porque eles têm interesses comuns, mas também porque apresentam interesses conflitantes. Desse modo, o diálogo diplomático teria o papel de “mitigar e civilizar as diferenças entre os Estados, e se possível reconciliá-los, sem suprimi-los ou ignorá-los”⁸ (WATSON, 1982, p.7, tradução do autor).

Com o fim da Guerra Fria, novos fatores como a diversificação de coalizões, a globalização e liberalização econômica, as crises financeiras, a revolução tecnológica e a ação transnacional de redes de ativismo produziram uma mudança nas concepções sobre o papel do Estado e suas práticas no campo das relações internacionais. Novas questões como o meio ambiente, direitos humanos, pobreza, saúde e cultura passaram a demandar conhecimentos específicos, implicando na atuação de uma diversidade de atores nos assuntos internacionais (MILANI e PINHEIRO, 2013).

Com isso, o Estado também tem se tornado cada vez mais multifuncional, expandindo seu raio de ação em várias dessas áreas. Essa expansão, por sua vez, contribuiu para gerar diplomacias setoriais, que são um “conjunto de práticas sociais de agentes oficiais, que não os diplomatas profissionais, que detêm o protagonismo na condução de temas específicos nas relações entre Estados e entre estes e outras entidades com *status* na política mundial” (SILVA, 2018, p.55). A partir disso, a diplomacia realizada no âmbito dos Ministérios da Defesa desempenha um papel relevante dentre as diplomacias setoriais.

2.1. CONCEITUANDO DIPLOMACIA DE DEFESA

Em um primeiro momento, o termo diplomacia de defesa pode parecer uma contradição, pois envolve o aparato militar do Estado, tradicionalmente associado ao conflito e ao uso da força e o termo diplomacia, que está intrinsecamente ligado a gestão das relações entre Estados e outras entidades da política mundial, por meios pacíficos (CHEYRE, 2013; MUTHANNA, 2011; BULL, 2002). Entretanto, o papel tradicional das forças armadas e a diplomacia de defesa apresentam divergências em seus sentidos. Enquanto o primeiro envolve “o uso ou ameaça da força – seja para

feita através de conferências de mais de dois Estados, ou conferências permanentes através de Organizações Internacionais (BULL, 2002).

⁸ Tradução realizada do seguinte trecho em inglês: “to mitigate and civilize the differences between states, and if possible to reconcile them, without suppressing or ignoring them”.

fins de defesa, dissuasão, obrigação ou intervenção”⁹ (COTTEY e FOSTER, 2004, p.5, tradução do autor), o segundo “envolve o uso cooperativo das forças armadas e infraestrutura relacionada nos tempos de paz (principalmente Ministérios da Defesa) como ferramentas de política externa e de segurança”¹⁰ (COTTEY e FOSTER, 2004, p.6, tradução do autor).

Como aponta Anton du Plessis (2008), essa definição dada por Cottey e Foster (2004) fornece um entendimento genérico sobre a diplomacia de defesa. Desse modo, a definição dada por Antônio Ruy de Almeida Silva (2018), a partir de uma perspectiva da Escola Inglesa, será adotada neste trabalho. Para ele,

A diplomacia de defesa é o conjunto de práticas sociais específicas de agentes oficiais, para construir e reproduzir as relações não coercitivas no âmbito da Defesa entre os Estados e outras entidades que atuam na política internacional. Pelas suas características e funções, ela pode ser considerada como uma instituição da sociedade internacional, sub-instituição da diplomacia, que se constitui pela reprodução no tempo e no espaço dessas práticas (SILVA, 2018, p.111).

Durante os séculos XVIII e XIX, os oficiais militares empregados no exterior foram úteis ao auxiliar os diplomatas profissionais a garantir um balanceamento de poder e evitar a guerra. Suas funções abrangiam a comunicação de informações e intenções em relação a manobras de frotas ou tropas. Oficiais que estabeleceram relações pessoais com seus colegas estrangeiros poderiam ser convocados em tempos de crise para evitar conflitos não intencionais (BARKAWI, 2011).

É nesse mesmo contexto em que a prática de enviar adidos de defesa a embaixadas foi iniciada. Napoleão Bonaparte teve papel relevante nesse processo, indicando diversos oficiais militares a postos no exterior. Em 1857, os adidos militares receberam status diplomático e no final do século XIX foram totalmente incorporados às missões diplomáticas (CHEYRE, 2013). Segundo Cheyre (2013), os adidos militares desempenharam papéis importantes relacionados ao diálogo e ao intercâmbio entre as delegações.

No decorrer da Guerra Fria, mais especificamente em 1961, a Convenção de Viena sobre Relações Diplomáticas estabeleceu que os adidos de defesa teriam os mesmos privilégios, imunidades, direitos e deveres dos diplomatas profissionais. Somado a isso, os Estados Unidos formalizaram em 1965, através do Sistema de Adidos no Pentágono, o envio de adidos militares para embaixadas do país no exterior. O adido tinha como papel central ser o principal conselheiro do chefe da missão e produzir inteligência para o Secretário de Defesa e para os Chefes de Estado-Maior Conjunto dos Estados Unidos (CHEYRE, 2013).

Desse modo, Antônio Ruy de Almeida Silva (2018, p.121) argumenta que assim como a “designação de embaixadores pelos Estados e sua imunidade são consideradas um marco da

⁹ Tradução realizada do seguinte trecho em inglês: “the use or threat of force - whether for purposes of defence, deterrence, compellance or intervention”.

¹⁰ Tradução realizada do seguinte trecho em inglês: “involves the peacetime cooperative use of armed forces and related infrastructure (primarily defence ministries) as a tool of foreign and security policy”.

institucionalização da diplomacia, o mesmo se pode dizer em relação à prática social de designar adidos na diplomacia de defesa”. O envio de adidos constitui uma das práticas mais antigas, comuns e visíveis desse tipo de diplomacia. Todavia, a diplomacia de defesa não se limita à questão dos adidos (SILVA, 2018). O processo de globalização adicionou novas práticas sociais¹¹ além das tradicionais ligadas aos adidos militares¹². Apesar de reconhecer essa interação entre os agentes oficiais e novos atores, esse trabalho não busca investigar essas relações.

No período anterior ao término da Guerra Fria, a cooperação no âmbito da defesa seguia a lógica da *realpolitik*, tendo suas intenções voltadas para o equilíbrio de poder. Assim, os Estados buscavam contrabalancear os inimigos, manter esferas de influência, apoiar regimes amigos no controle doméstico do aparato estatal e conquistar mercados para os produtos de defesa. Após o início da década de 1990, os Ministérios da Defesa e as Forças Armadas têm atuado, de modo crescente, nas tarefas de cooperação em tempos de paz principalmente por países ocidentais e democráticos (COTTEY e FOSTER, 2004).

Essa nova perspectiva não apenas apoia as Forças Armadas e a segurança de países aliados, mas também funciona como um meio de buscar objetivos mais amplos de política externa e de segurança. Portanto, essa nova abordagem também está sendo utilizada como um mecanismo de construção de relacionamentos cooperativos com antigos inimigos e possíveis rivais. Sendo assim, Cottey e Foster atribuem as seguintes atividades à diplomacia de defesa:

Contatos bilaterais e multilaterais entre altos oficiais militares e civis da defesa; Nomeação de adidos de defesa para países estrangeiros; Acordos bilaterais de cooperação em defesa; Treinamento de militares estrangeiros e civis no campo da defesa; Fornecimento de conhecimentos e assessoria no controle democrático das forças armadas, gestão da defesa e áreas técnicas militares; Contatos e intercâmbios entre pessoal e unidades militares e visitas a navios; Colocação de pessoal militar ou civil nos ministérios de defesa ou forças armadas do país parceiro; Implantação de equipes de treinamento; Fornecimento de equipamento militar e outros auxílios materiais; Exercícios militares bilaterais ou multilaterais para fins de treinamento¹³ (COTTEY e FOSTER, 2004, p.7, tradução do autor).

Ademais, du Plessis (2008) inclui atividades relacionadas aos processos de manutenção para a paz como treinamento e educação, exercícios multilaterais e fornecimento de equipamentos aos Estados para esses fins. Para Andrew Carr e Daniel Baldino (2015), essas atividades da diplomacia

11 A diplomacia de defesa passou a atuar, como por exemplo, em questões de *peacekeeping* e operações de apoio à paz, tendo que lidar com novos atores, nos quais incluem milícias, líderes locais, grupos políticos e organizações não governamentais (BARKAWI, 2011)

12 As funções tradicionais dos adidos militares, segundo Barkawi (2011), envolvem a produção de inteligência sobre as Forças Armadas nas quais o adido está alocado e a ajuda na venda de armamentos.

13 Tradução realizada do seguinte trecho em inglês: “bilateral and multilateral contacts between senior military and civilian defence officials; appointment of defence attaches to foreign countries; bilateral defence cooperation agreements; training of foreign military and civilian defence personnel; provision of expertise and advice on the democratic control of armed forces, defence management and military technical areas; contacts and exchanges between military personnel and units, and ship visits; placement of military or civilian personnel in partner countries’ defence ministries or armed forces; deployment of training teams; provision of military equipment and other material aid; bilateral or multilateral military exercises for training purposes.

de defesa são vistas por acadêmicos e formuladores de política como um aparato de Estado para promover a interoperabilidade e construir resiliência e identidades regionais.

A diplomacia de defesa, entretanto, não pode ser confundida com outros conceitos da esfera militar-diplomática, como: diplomacia militar, a naval, de canhoneiras, a coercitiva; ou a cooperação em defesa (PLESSIS, 2008; SILVA, 2018). O termo diplomacia militar, por exemplo, é utilizado para identificar atividades realizadas pelo componente uniformizado das Forças Armadas. Nesse sentido, o termo diplomacia de defesa é um conceito mais amplo, que inclui também os componentes civis como o Ministério da Defesa, estabelecimentos de pesquisa e desenvolvimento (P&D), instituições de treinamento nacionais e universidades nacionais de defesa (MUTHANNA, 2011). Além disso, a diplomacia de defesa incorpora uma dimensão político-estratégica de natureza não essencialmente militares relacionadas com a segurança (SILVA, 2018).

Os principais atores relacionados à diplomacia de defesa, diferente da diplomacia militar, são atores oficiais do Estado, ou seja, os Ministérios da Defesa e as Forças Armadas, envolvendo tanto os militares quanto os civis do âmbito da Defesa que participam em conjunto com funcionários do Ministério das Relações Exteriores. Silva (2018, p.112) também considera o papel dos Ministérios das Relações Exteriores e dos diplomatas nesse processo, pois “existe uma íntima relação da diplomacia de defesa com a política externa e a própria diplomacia e a necessidade de coordenação que contribua para a coerência na ação diplomática”. Outros atores como a Organização das Nações Unidas (ONU) e a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) também atuam na diplomacia de defesa (SILVA, 2018).

Por outro lado, a diplomacia naval está relacionada “ao uso e navios de guerra em apoio à política externa, mas por meio de ‘sinalização’ em vez de tiro”¹⁴(BOOTH, 1985, p.137, tradução do autor), ou seja, é a utilização do poder naval a serviço da política externa. Portanto, a diplomacia naval pode ser um complemento da diplomacia de defesa quando ela é praticada de modo cooperativo e pacífico através de visitas de boa vontade. Por outro lado, a diplomacia naval não se encaixa dentro de uma diplomacia de defesa quando ela é utilizada de forma coercitiva, por meio de ameaças ou sanções violentas ou de uma diplomacia de canhoneira¹⁵ (PLESSIS, 2008). Nesse último caso, a diplomacia naval se aproxima mais de uma diplomacia coercitiva.

Segundo Silva (2018), apesar de a diplomacia de defesa incluir a cooperação de defesa, ela trata de uma dinâmica mais abrangente. É um processo amplo de engajamento global e regional, nos quais mantêm relações com inimigos do passado e em potencial, possibilitando “introduzir

¹⁴ Tradução realizada do seguinte trecho em inglês “the use of warships in support of foreign policy, but by means of 'signalling' rather than shooting”.

¹⁵ Durante o período de colonização europeia nos séculos XVIII e XIX, o uso coercitivo das Marinhas pelas potências coloniais foi chamada de diplomacia de canhoneira. Para Muthanna (2011, p.2, tradução do autor) diplomacia de canhoneira ou *gunboat diplomacy* “refere-se à busca de objetivos de política externa com a ajuda de demonstrações conspicuas do poder militar, implicando ou constituindo uma ameaça direta de guerra” – tradução realizada do inglês do seguinte trecho: “refers to the pursuit of foreign policy objectives with the aid of conspicuous displays of military power, implying or constituting a direct threat of warfare”.

transparência nas relações de defesa, construir e reforçar as percepções de interesses comuns, mudar a mentalidade dos parceiros; apoiar a reforma da defesa; e induzir a cooperação em outras áreas”¹⁶ (PLESSIS, 2008, p.97, tradução do autor). Logo, a diplomacia de defesa busca manter condições de confiança mútua entre países e regiões, com o intuito de contribuir para a coexistência pacífica ou para promover tal coexistência em ambientes em que ela não se faz presente, facilitando, assim, a prevenção de conflitos (CARVALHO, 2016).

Cabe aqui ressaltar que a diplomacia de defesa busca promover objetivos políticos específicos de cada país, pois ela atende a políticas nacionais. A diplomacia de defesa pode existir a nível bilateral ou multilateral, na esfera global, inter-regional e regional, podendo adotar dinâmicas de interação Norte-Norte, Norte-Sul e Sul-Sul. Essas interações buscam “comunicar, buscar e compartilhar informações, negociar acordos e mecanismos de Defesa, alianças e parcerias estratégicas entre os atores” (SILVA, 2018, p.194).

No nível regional, de acordo com Anton du Plessis (2008), o objetivo é a busca da segurança regional, com ênfase na segurança cooperativa a partir do auxílio às operações multilaterais de apoio à paz e às operações de assistência militar, colaborando, desse modo, para a reconstrução de países pós-conflito, além de promover e institucionalizar o multilateralismo. Contudo, por ela ser exercitada no contexto de interesse dos Estados em algumas regiões do globo, a diplomacia de defesa pode apresentar algumas inconsistências, sendo envolvida no balanceamento de poder entre Estados, como é o caso de regiões como a Ásia-Pacífico, o Índico e Europa (SILVA, 2018).

Por fim, esse capítulo teve como objetivo discutir o conceito de diplomacia de defesa. Em um primeiro momento, foi apresentado o conceito de diplomacia a partir da Escola Inglesa das Relações Internacionais. Em seguida, introduzimos o conceito de diplomacia de defesa, como sendo uma sub-instituição da diplomacia. Em síntese, a diplomacia de defesa consiste em práticas sociais produzidas por agentes oficiais, para construir e reproduzir as relações não coercitivas no âmbito da Defesa entre Estados e demais entidades que atuam na sociedade internacional. Portanto, no próximo capítulo, busca-se compreender a diplomacia de defesa como sendo uma entre as diversas ferramentas da estratégia do governo indiano para projetar poder em uma determinada região.

3. A ESTRATÉGIA INDIANA DURANTE O GOVERNO *UNITED PROGRESSIVE ALLIANCE* (UPA) DE 2004 A 2014 PARA O OCEANO ÍNDICO

A estratégia da política externa da Índia pode ser entendida pela divisão do mundo em três círculos concêntricos. Na perspectiva de Raja Mohan (2014), o primeiro círculo é representado pelo

¹⁶ Tradução realizada do seguinte trecho em inglês: “introduce transparency into defence relations; build and reinforce perceptions of common interests; change the mind-set of partners; support defence reform; and induce co-operation in other areas.

Sul da Ásia, sendo a sua vizinhança imediata. Nesse ambiente, a Índia busca garantir a sua primazia frente aos seus vizinhos. O segundo círculo é chamado de vizinhança estendida, que engloba a Ásia e chega ao litoral do Oceano Índico. Nesse espaço a Índia tem tentado contrabalancear a influência de outras potências, impedindo que elas afetem os seus próprios interesses. E por último, o terceiro círculo inclui o cenário global como um todo, onde a Índia vem tentando ocupar um lugar entre as grandes potências.

Após o término da Guerra Fria, a política externa indiana passou por diversas mudanças, passando a ter um maior interesse em um engajamento econômico e estratégico com múltiplos parceiros (REHMAN, 2013). As reformas econômicas liberais que começaram a ser realizadas em 1991 pelo Primeiro-Ministro Narasimha Rao e o seu Ministro da Fazenda, Manmohan Singh, contribuíram para a integração do país na economia global, levando a uma diversificação de parceiros e de crescimento econômico, chegando a crescer 7% durante três anos consecutivos, atingindo os maiores números desde sua independência (GANGULY e MUKHERJI, 2014; VISENTINI, 2012).

As mudanças no cenário da segurança regional fizeram com que os tomadores de decisões indianos reformulassem os seus cálculos estratégicos de seu país. Houve uma maior diversificação de parceiros para além da antiga União Soviética, como, por exemplo, a aproximação com os Estados Unidos e países do Sudeste Asiático, estes últimos através da política *Look East* que depois foi ampliada para outras regiões (GANGULY e MUKHERJI, 2014). Tanto nos governos liderados pelo *Bharatiya Janata Party* (1998-2004) quanto pelo Partido do Congresso (2004-2014), o termo “vizinhança estendida” foi utilizado na formulação de suas políticas externas. Essa visão de uma vizinhança estendida implica em projeção de poder pela Índia, seja por um poder militar projeção econômica, ou por meio cultural e ideacional. Desse modo, esse termo foi utilizado como apoio conceitual para os formuladores de Política Externa e de Segurança desenvolverem uma “visão 360 graus”, direcionada ao norte, sul, leste e oeste (SCOTT, 2009).

Fatores geoeconômicos são levados em consideração para a abordagem indiana de vizinhança estendida. Existe uma percepção de que o Sul da Ásia é um espaço econômico pequeno demais para a Índia. Durante o governo *United Progressive Alliance*, liderado pelo Partido do Congresso (2004-2014), foi implantada a Doutrina Manmohan, na qual focava no desenvolvimento econômico como impulsionador da política externa, moldando os relacionamentos, os interesses e a força da Índia (SCOTT, 2009). Segundo Saint-Mézard (2016), durante o governo de Manmohan Singh (2004-2014) a estratégia indiana era manter uma abordagem voltada para os negócios, evitando envolver em problemas de segurança na região. Singh, durante o seu governo, enfrentou o desafio de convencer os seus vizinhos de que seu interesse era trabalhar em conjunto para desenvolver prosperidade coletiva para a região por meio de cooperação em vez de começar uma disputa estratégica com a China (BEHURIA; PATTANAIK e GUPTA, 2012).

Entretanto, não se deve resumir o governo de Singh a apenas fatores geoeconômicos. Aspectos militares também devem ser considerados. As altas taxas de crescimento econômico desde o início de 1990 permitiram que a Índia investisse recursos para sua expansão naval (PANT, 2016). De acordo com Scott (2009), a Marinha Indiana vem tendo lugar de destaque na vizinhança estendida, mais especificamente no Oceano Índico. A região tem ganhado relevância estratégica em consequência do crescimento das economias dos países asiáticos, sendo o terceiro maior oceano do mundo, abrangendo 20% da superfície da Terra (INDIAN NAVY, 2009). O Oceano Índico possui conexões com diversas regiões do globo através do Canal de Suez, Bab-el Mandeb, Estreito de Ormuz e Estreito de Malaca, ligando a região do Índico com o Oriente Médio, a África, o Leste da Ásia, a Europa e as Américas (PANT, 2016).

Em suas águas passam dois terços das remessas mundiais de petróleo¹⁷ e metade dos contêineres do mundo. Cerca de 90% do comércio indiano em volume e 70% em valor são transportados pelo Índico. Ademais, a Índia é o sexto maior consumidor de energia do mundo e busca garantir esse fornecimento para sustentar o seu crescimento econômico. Visto que os seus maiores exportadores de petróleo e gás estão localizados no Golfo Pérsico e na África, a Índia busca garantir a sua segurança energética e marítima no Oceano Índico para garantir o fornecimento de energia a longo prazo e a preço acessível (INDIAN NAVY, 2009). Assim sendo, o Oceano Índico é uma região de extrema importância para a Índia.

Na perspectiva de David Scott (2009), existem dois competidores para a Índia em sua vizinhança estendida: o Paquistão e a China. No primeiro deles, ocorreu um transbordamento das relações hostis entre os dois países no Sul da Ásia para outras regiões como a Ásia Central, a Ásia Ocidental, o Oceano Índico e o Sudeste Asiático. No caso da China, essa competitividade ocorre em termos da projeção unilateral de poder da China e da Índia em suas relações bilaterais com outros países e seus papéis em diversas organizações regionais. É de se notar que a definição das fronteiras estratégicas da Índia colide com as da China. A vizinhança estendida da Índia corta o quintal chinês na Ásia Central e no Sudeste Asiática e os dois Estados buscam projetar poder no Oceano Índico (SCOTT, 2009).

Algumas ameaças não tradicionais também utilizam o espaço do Índico para atuarem, o que pode afetar os interesses indianos. Entre essas ameaças, destacam-se: as redes terroristas transnacionais, pirataria, e tráfico de armas, de seres humanos e de drogas.¹⁸ Segundo Harsh Pant (2016), a crescente ameaça de atores não estatais fez com que a Índia adotasse uma postura naval

17 O Estreito de Ormuz é o ponto de estrangulamento de petróleo mais importante do mundo. Aproximadamente 17 bilhões de barris são transportados por esse estreito todos os dias (INDIAN NAVY, 2009).

18 Segundo a Indian Navy (2009), existem evidências da atuação de grupos terroristas nas águas do Oceano Índico, chegando a utilizar o mar em 2008 para entrar no território indiano e atacar a cidade de Mumbai. Além do mais, esses grupos terroristas operam em conjunto com organizações criminosas transnacionais, cartéis de drogas e senhores da guerra. O dinheiro adquirido da venda de drogas é utilizado para adquirir armas e munições para então, apoiar o terrorismo e insurgências.

mais proativa. É a partir desse contexto que a Marinha Indiana passou por uma modernização e adquiriu novas plataformas para obter uma capacidade de águas azuis, com o intuito de proteger os interesses indianos geoestratégicos, seja tanto para lidar com a presença chinesa ou com o crescimento do eixo estratégico China-Paquistão, como também para enfrentar essas ameaças não tradicionais (PATTANAİK, 2016).

O autor Bhartendu Kumar Singh (2008 *apud* Muthanna, 2011, p.12) atribui ao governo do primeiro-ministro Manmohan Singh o crescimento da prática de diplomacia de defesa, que emerge em conjunto ao crescimento econômico e ao perfil político indiano. O apoio à diplomacia de defesa ocorreu com o objetivo de combater as ameaças comuns à segurança por meio de uma segurança cooperativa na região (MUTHANNA, 2011). Pattanaik (2016) compartilha dessa visão quando afirma que a estratégia da Índia é estabelecer uma abordagem cooperativa para a segurança marítima, através da construção de amizades mutuamente benéficas. Para ele, a Índia não deseja uma esfera exclusiva de influência, mas sim uma esfera compartilhada de desenvolvimento e cooperação, sendo relutante em se envolver em qualquer atividade que provoque a preocupação de Pequim (PATTANAİK, 2016).

Desse modo, a estratégia indiana no Oceano Índico pode ser compreendida pelo fortalecimento de relações de amizade com os países costeiros – exceto com o Paquistão, que é considerado um adversário – para formar um ambiente cooperativo, buscando persuadi-los a não se envolverem com potências externas que afetem diretamente a segurança da Índia no Oceano Índico. Com uma maior presença chinesa na região e com o aumento de ameaças vindas de atores não estatais, a Índia intensificou a cooperação econômica e em defesa com os seus vizinhos. Entretanto, a Índia enfrenta um grande desafio para implementar uma estrutura abrangente de segurança, que depende da superação dos déficits de confiança com seus vizinhos (BEHURIA; PATTANAİK e GUPTA, 2012; SINGH, 2016a).

Para a Índia se tornar um provedor de segurança na região é necessário criar maior confiança através de um fortalecimento da diplomacia com os Estados insulares e continentais no Oceano Índico (SINGH, 2016a). Singh (2016a) afirma que são necessárias fortes relações bilaterais para que isso ocorra. Adotando outra abordagem, Behuria, Pattanaik e Gupta (2012) apontam que a Índia deve desempenhar um papel proativo em órgãos regionais multilaterais para gerar consenso regional sobre interesses comuns sobre segurança e desenvolvimento econômico, ajudando, assim, a mudar as percepções negativas sobre a Índia na vizinhança.

A partir das reflexões trazidas nessa seção, observa-se que a Índia tem adotado uma estratégia de expansão de sua área de atuação para além do Sul da Ásia, envolvendo também a sua vizinhança estendida, como, por exemplo, o Oceano Índico. Essa ampliação de relações não ocorre somente pela via econômica, englobando também iniciativas de diplomacia de defesa. Nesse sentido, a diplomacia de defesa indiana no governo UPA tinha como um dos objetivos criar uma rede de cooperação com os países do Índico para evitar a expansão chinesa e a paquistanesa nesse espaço,

assim como evitar os avanços das ameaças não estatais. Na seção seguinte, será mapeada as iniciativas de diplomacia de defesa indiana para a região do Índico, com objetivo de compreender como essa estratégia tem sido desenvolvida.

4. DIPLOMACIA DE DEFESA INDIANA: INICIATIVAS BILATERAIS E MULTILATERAIS

O engajamento da diplomacia de defesa indiana em sua vizinhança imediata é intenso, porém ela não se resume a esse espaço, atingindo, também, à sua vizinhança estendida (GOKHALE, 2016). Isto é observado no *Annual Report 2004-05*, lançado pelo Ministério da Defesa indiano. Segundo este documento (2005, p.198, tradução do autor), a Índia tem “desenvolvido uma extensa rede de relações de defesa com uma ampla gama de países”¹⁹ com o intuito de reagir às ameaças à segurança internacional. Nesse mesmo relatório, se constata que essas relações de defesa têm assumido

Uma forma de ampliar a diplomacia da defesa por meio de trocas de visitas e diálogos relacionados a representantes de alto nível sobre desafios de segurança, chamadas portuárias etc. e a cooperação de defesa por meio de trocas de treinamento, exercícios combinados, reuniões em vários níveis, seminários, fornecimento, desenvolvimento, produção e comercialização de equipamentos de defesa e outras formas de cooperação²⁰ (ANNUAL REPORT, 2005, p. 198, tradução do autor).

Desse modo, o objetivo dos contatos e trocas realizada pelo Ministério da Defesa e Forças Armadas a este respeito é evitar hostilidades, construir e manter relações cordiais e de confiança, assim como contribuir para a prevenção e resolução de conflitos (INDIAN MINISTRY OF DEFENCE, 2012, p.190).

A Índia tem participado em diversas missões de paz da ONU e está entre os países que mais contribuem com tropas para as operações de manutenção da paz no mundo (INDIAN MINISTRY OF DEFENCE, 2008, p.172). Para Gokhale (2016), os militares indianos, especialmente os que atuam nas missões de manutenção da paz da ONU, têm adquirido vários admiradores ao redor do mundo devido ao seu profissionalismo, tradição e alto padrão de treinamento. Com isso, houve um aumento da demanda de militares para estudarem nos cursos das instituições indianas.

As Forças Armadas indianas têm engajado amistosamente e cooperativamente com os vizinhos da região após crises humanitárias. Após o Tsunami de dezembro de 2004, as forças armadas indianas demonstraram velocidade e expertise para lidar com a situação. A Marinha, a Força

¹⁹ Tradução realizada do seguinte trecho em inglês: “developing an expanding web of defence relations with a wide-range of countries”.

²⁰ Tradução realizada do seguinte trecho em inglês: “the form of increased defence diplomacy in the form of exchanges of high-level defence related visits and dialogues on security challenges, port calls etc. and defence cooperation through training exchanges, combined exercises, meetings at various levels, seminars, sourcing, development, production and marketing of defence equipment, and other forms of cooperation”.

Aérea, o Exército e a Guarda Costeira indiana disponibilizaram cerca de 20 mil soldados, 40 navios e 32 aeronaves para os esforços no Sri Lanka, Maldivas e Indonésia, chegando a prestar assistência médica a quase 15 mil pessoas. A ajuda oferecida consistia em busca e resgate, evacuação, suprimentos de emergência, operações de mergulho e salvamento, limpeza de portos, reparos, reabilitação e atividades de reconstrução (INDIAN MINISTRY OF DEFENCE, 2005, p.202).

Em especial, a Marinha Indiana tem tido um papel proeminente e ativo na vizinhança estendida indiana, se projetando ao sul, ao leste ou a oeste. Na Doutrina Marítima Indiana, publicada em 2009, a Marinha é ressaltada como um importante agente, capaz de fortalecer as relações políticas e de boa vontade entre as nações. Logo, a Marinha pode reforçar as relações de defesa com Estados amigos através de uma diplomacia no campo da defesa. De acordo com a Doutrina Marítima

A cooperação naval é inerentemente multifacetada, multidirecional e não ameaçadora, permitindo o envolvimento de várias nações simultaneamente, sem levantar preocupações indevidas. Também permite que o nível de engajamento seja calibrado conforme necessário e desenvolvido de maneira suave e progressiva²¹ (INDIAN NAVY, 2009, p.106-107, tradução do autor)

Durante os governos da UPA, a Marinha Indiana se envolveu cooperativamente com mais de 40 outras Marinhas, se contrastando com o período da Guerra Fria, quando a Índia buscou se afastar das atividades militares bilaterais e multilaterais (SINGH, 2016b). Unidades navais têm sido deslocadas para exercícios combinados com Marinhas de potências extrarregionais e com alguns de seus vizinhos na Baía de Bengala, no Mar Arábico, no Golfo do Áden e no Cabo da Boa Esperança.

Entre os diversos exercícios, destacam-se o VARUNA²², com a França; o INDRA²³, com a Rússia; o KONKAN²⁴, com a Grã-Bretanha; IBSAMAR²⁵, com o Brasil e a África do Sul; o

²¹ Tradução realizada do seguinte trecho em inglês: “Naval cooperation is inherently multi-layered, multi-directional and non-threatening, allowing engagement of several nations simultaneously without raising undue concerns. It also allows the level of engagement to be calibrated as required, and developed in a smooth, progressive manner”.

²² VARUNA é um exercício que é feito desde 2001. No ano de 2004 ocorreu em Goa entre os dias 6 e 15 de abril (os dias entre 6 e 8 foram de preparação e os de 10 a 14 foram os de exercício). Nessa edição a França enviou o porta aviões Charles de Gaulle, um submarino nuclear e sete aeronaves. A Marinha Indiana enviou, por sua vez, seis navios, um submarino e cinco aeronaves (INDIAN MINISTRY OF DEFENCE, 2005, p.49). No ano de 2007 as atividades foram no Golfo do Áden.

²³ Os exercícios INDRA com a Rússia tiveram sua primeira edição em 2001 (SCOTT, 2016).

²⁴ Os exercícios bilaterais da KONKAN existem desde 2004. Em julho de 2010 foram conduzidas na Baía de Bengala, na cidade de Visakhapatnam e em 2013 na Costa Oeste da Índia dos dias 14 ao 19 de outubro de 2013 (INDIAN MINISTRY OF DEFENCE, 2014, p.33).

²⁵ O IBSAMAR I ocorreu em 2008 na África do Sul. As Marinhas dos três países participaram de vários exercícios no mar, incluindo atividades de guerra de superfície, embarque, exercícios antiterroristas e operações de voo. Em seguida, o IBSAMAR II também aconteceu na costa africana, em setembro de 2010 (INDIAN MINISTRY OF DEFENCE, 2011, p.34). Os exercícios começaram na cidade de Durban na África do Sul indo em direção ao Porto Elizabete e Cidade do Cabo. Além desse exercício, a Marinha Indiana patrulhou a zona econômica exclusiva da Maurícia e Seychelles buscando o combate da pirataria e visitou portos no Quênia, Tanzânia, Moçambique e África do Sul (FONSECA, 2016). Apenas na edição V em 2016 que as atividades foram realizadas na costa oeste da Índia, em Goa (INDIAN NAVY, 2019).

MALABAR²⁶, com os Estados Unidos; o SLINEX²⁷, com o Sri-Lanka. e o MILAN²⁸, contando com a participação de diversos países. Além desses exercícios, a Marinha Indiana entre os anos de 2013 e 2014, os navios indianos fizeram 71 visitas a portos em diferentes partes do globo, criando laços com diversas Marinhas (GOKHALE, 2016).

A Marinha também contribuiu para a segurança costeira de países estrangeiros na região do Oceano Índico, através de algumas iniciativas, como a vigilância realizada na Zona Econômica Exclusiva de Maurícia e em Ras-al-Hadd, no Omã. Nesse sentido, uma importante operação na costa africana foi realizada decorrente da solicitação do governo moçambicano para o envio de navios para patrulhar a sua costa em 2004, durante a Cúpula do Fórum Econômico Mundial e a Cúpula dos Chefes de Estado da *Afro-Pacific-Caribbean* (APC). Com isso, foram enviados navios indianos, o Savitri e o Sujata, que além de colaborar com a segurança costeira, também forneceu treinamento para mais de cem funcionários da Marinha moçambicana. Somado a isso, os médicos oficiais indianos trataram mais de 450 pacientes (INDIAN MINISTRY OF DEFENCE, 2005, p.47).

Em 2008, foi realizado o *Indian Ocean Naval Symposium* (IONS), tendo como primeira sede a Índia – o IONS reúne chefes de Marinha de 32 países, sendo 24 países-membros²⁹ e oito países observadores³⁰. A *Charter of Business* da IONS publicada em 2014 atribui um caráter voluntário ao simpósio, no qual tem como propósito “aumentar a cooperação marítima entre as Marinhas dos países litorâneos da região do Oceano Índico, oferecendo um fórum aberto e inclusivo para discussão de questões marítimas regionais relevantes”³¹ (INDIAN OCEAN NAVAL SYMPOSIUM, 2014, p.3, tradução do autor). Os objetivos da IONS, segundo a Carta são:

26 A Marinha Indiana e a americana têm estreitado os laços de cooperação com o término da Guerra Fria. Um fator importante para a construção de confiança entre os dois países foi o início dos exercícios navais MALABAR, datado do ano de 1992.

27 A primeira edição do SLINEX foi realizada nos dias 12 a 16 de dezembro de 2005. No ano de 2010 ocorreu entre os dias 3 e 16 de abril no Mar de Andaman e na Baía de Bengala. A edição de novembro de 2013 ocorreu também na Baía de Bengala (INDIAN MINISTRY OF DEFENCE, 2014, p.33)

28 O exercício MILAN existe desde 1995, organizado pelo comando da Marinha Indiana em Port Blair, nas Ilhas Andaman. O exercício começou com a presença de cinco participantes, aumentando para oito em 2003 e em 2014 já contava com dezessete participantes – Austrália, Bangladesh, Camboja, Índia, Indonésia, Quênia, Malásia, Maldivas, Maurícia, Mianmar, Nova Zelândia, Filipinas, Seychelles, Cingapura, Sri Lanka, Tanzânia e Tailândia. Segundo Gokhale (2016) o exercício MILAN fornece a oportunidade de desenvolver relações profissionais e construir uma confiança entre as Marinhas da região. O evento, geralmente, conta com diversas atividades e manobras navais no mar. Na de fevereiro de 2010 foi incluído um exercício de mesa para a melhoria da interoperabilidade ao lidar com os desafios da pirataria, do tráfico de drogas e armas, da imigração ilegal. Observa-se também que nas edições de 2010 e 2014 ocorrem também atividades culturais como paradas e concerto de banda e os navios visitantes foram mantidos abertos para visitas de crianças em idade escolar e para o público local. (INDIAN MINISTRY OF DEFENCE, 2011, p.33; INDIAN MINISTRY OF DEFENCE, 2014, p.14).

29 Os países-membros são: Austrália, Bangladesh, França, Indonésia, Irã, Quênia, Índia, Malásia, Maldivas, Maurícia, Moçambique, Mianmar, Omã, Paquistão, Arábia Saudita, Seychelles, Cingapura, África do Sul, Sri Lanka, Tanzânia, Tailândia, Timor-Leste, Emirados Árabes Unidos e Reino Unido.

30 Os países observadores são: China, Alemanha, Itália, Japão, Madagascar, Países Baixos, Rússia e Espanha.

31 Tradução realizada do seguinte trecho em inglês: “to increase maritime co-operation among navies of the littoral states of the Indian Ocean Region by providing an open and inclusive forum for discussion of regionally relevant maritime issues”.

3.1 promover um entendimento compartilhado das questões marítimas enfrentadas pelos Estados-Nações do Oceano Índico e a formulação de estratégias destinadas a melhorar a segurança marítima regional. 3.2 fortalecer a capacidade de todos os Estados-Nação litorâneos do Oceano Índico para enfrentar os desafios atuais e previstos da segurança marítima. 3.3 estabelecer uma variedade de mecanismos de cooperação marítima multinacional projetados para mitigar as preocupações de segurança marítima entre os membros. 3.4 desenvolver a interoperabilidade em termos de doutrinas e procedimentos, de modo a fornecer assistência humanitária e assistência em desastres rápidas, responsivas e eficazes em toda a região do Oceano Índico³² (INDIAN OCEAN NAVAL SYMPOSIUM, 2014, p.3, tradução do autor).

Outra iniciativa que também contribuiu para uma aproximação e a cooperação em defesa entre os países costeiros do Oceano Índico é a *Indian Ocean Rim Association* (IORA). Durante uma visita do ex-presidente da África do Sul Nelson Mandela à Índia em 1995 foi expresso o sentimento da criação de uma iniciativa para o Oceano Índico. Entretanto, foi apenas em março de 1997 em que a IORA foi instituída (INDIAN OCEAN RIM ASSOCIATION, 2017a).

Essa organização multilateral conta com 22 Estados-membros³³ e dez Parceiros de Diálogo³⁴. Essa iniciativa se difere do simpósio naval, pois não conta com a presença de um rival histórico da Índia, o Paquistão. Durante os anos do governo da UPA, a Índia tem tentado reviver a IORA, ampliando as áreas de cooperação (ABDENUR e MARCONDES-NETO, 2014). Os objetivos iniciais da IORA, como expresso em sua Carta Constitutiva, dão ênfase à cooperação econômica. Foi apenas em 2011 que a organização reconhece a Segurança e Proteção Marítima como área prioritária, abrindo, assim, um novo canal de diálogo para que a diplomacia de defesa se desenvolvesse (INDIAN OCEAN RIM ASSOCIATION, 2017b)

Em outubro de 2015, em Padang, foi assinado o *IORA Maritime Cooperation Declaration*, na qual se reforça essa expansão da cooperação que começa durante o período de Manmohan Singh. Nessa declaração, os países se comprometem em fortalecer a cooperação regional para enfrentar desafios marítimos como pesca ilegal, pirataria, movimentação irregular de pessoas, poluição marítima, tráfico de drogas e de pessoas e desastres climáticos. As iniciativas acordadas buscam:

Melhorar a coordenação e a comunicação entre as agências e autoridades marítimas nacionais e outros fóruns relevantes; promover a capacidade da região para gerenciamento de riscos de desastres e operações de busca e salvamento; melhorar

³² Tradução realizada do seguinte trecho em inglês: “3.1. To promote a shared understanding of the maritime issues facing the littoral nation-states of the Indian Ocean and the formulation of strategies designed to enhance regional maritime security. 3.2. To strengthen the capability of all littoral nation-states of the Indian Ocean to address present and anticipated challenges to maritime security. 3.3. To establish a variety of multinational maritime cooperative mechanisms designed to mitigate maritime security-concerns among members. 3.4. To develop interoperability in terms of doctrines and procedures, so as to provide speedy, responsive, and effective Humanitarian Assistance and Disaster Relief(HADR) throughout the Indian Ocean Region(IOR)”.

³³ Os Estados-membros são: Austrália, Bangladesh, Comoros, Índia, Indonésia, Irã, Quênia, Madagascar, Maldivas, Maurícia, Moçambique, Omã, Seychelles, Cingapura, Somália, África do Sul, Sri Lanka, Tanzânia, Tailândia, Emirados Árabes Unidos e Iêmen.

³⁴ Os Parceiros de Diálogo são: Itália, Japão, Alemanha, China, Reino Unido, Estados Unidos, França, Egito, Turquia e Coréia do Sul.

a cooperação em segurança marítima, proteção ambiental marinha e segurança marítima³⁵ (INDIAN OCEAN RIM ASSOCIATION, 2015, p.2, tradução do autor)

Apesar de a IORA ter uma arquitetura subexplorada, o fortalecimento de instituições representativas multilaterais será essencial para a construção de uma arquitetura de segurança regional no Oceano Índico. Segundo Carr e Baldino (2015), a Índia será indispensável para qualquer processo ligado à responsabilidade regional compartilhada e à construção de segurança. Por fim, essa seção buscou mapear as principais iniciativas bilaterais e multilaterais de diplomacia de defesa indiana para o Oceano Índico no período proposto. Nota-se, ainda, que houve um incremento dessas atividades para essa região, buscando construir uma arquitetura regional em que contenha as ameaças à sua segurança.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o término do conflito bipolar, a Índia passa por uma série de reformas, atingindo altas taxas de crescimento. Esse aumento de musculatura econômica da Índia possibilitou que houvesse diversas mudanças em sua estratégia, levando a uma maior projeção para além de sua vizinhança imediata, atingindo também a sua vizinhança estendida, como, por exemplo, a região do Oceano Índico. Nota-se, ainda, que essa projeção para a região do Índico não envolve apenas questões geoeconômicas, mas também relacionadas à defesa. Com isso, o governo indiano se utilizou da diplomacia de defesa, como parte de uma grande estratégia, para acompanhar a expansão do status de poder indiano.

A diplomacia de defesa indiana no Oceano Índico, durante o período analisado, contribuiu para intensificar os vínculos entre a Índia e países costeiros através de uma abordagem de construção de amizade e cooperativa para a segurança regional, buscando conter a expansão de influência de atores rivais, como a China e Paquistão, e de ameaças não estatais, como pirataria, terrorismo, tráfico de drogas, entre outras.

Este artigo buscou responder a seguinte pergunta: em que medida a diplomacia de defesa indiana tem contribuído para uma maior aproximação e cooperação com seus vizinhos? Nesse caso, nota-se que houve um aumento das práticas de diplomacia de defesa indiana em âmbito tanto bilateral quanto multilateral na região do Oceano Índico. Essas práticas contribuíram também para uma maior incidência de cooperação de defesa. Entretanto, como discutido pela teoria aqui apresentada, a diplomacia de defesa é exercida pelo interesse dos Estados, podendo se envolver em

³⁵ Tradução realizada do seguinte trecho em inglês: “Enhancing coordination and communication between and among national maritime agencies and authorities and other relevant fora; promoting the region’s capacity for disaster risk management and search and rescue operations; enhance cooperation on maritime safety, marine environmental protection and maritime security”.

um contexto de balanceamento de poder, dependendo da região do globo. Ou seja, a diplomacia de defesa indiana, nesse caso, apresenta características específicas. No caso indiano, a diplomacia de defesa envolve a realização de visitas de oficiais militares, diálogos no campo da defesa, de exercícios militares conjuntos e de treinamento de militares com países vizinhos. Assim, conclui-se que essa diplomacia indiana visa intensificar a cooperação com seus vizinhos, com o intuito de evitar a presença de atores externos em sua zona de influência. Desse modo, a diplomacia de defesa, nesse caso, busca assegurar os interesses econômicos e securitários indianos na região.

Observa-se também que o governo indiano tem buscado também fortalecer os organismos multilaterais como o IONS e a IORA para construir uma maior confiança entre a Índia e os seus vizinhos, para então estabelecer uma percepção positiva entre seus pares da região e ser reconhecido como um ator que atua para garantir a segurança regional. Por fim, este artigo se limitou nos anos de 2004 a 2014 e na região do Índico; contudo, pesquisas futuras que reflitam sobre períodos posteriores à 2014 são relevantes. Além disso, outra possibilidade de investigação futura seria expandir as análises para além da região do Índico, abrangendo a ideia de Indo-Pacífico e as iniciativas de diplomacia de defesa nesse espaço, como as do *Quadrilateral Security Dialogue*³⁶ (QUAD). Outro ponto relevante seria pensar as dinâmicas geopolíticas envolvendo as disputas entre Estados Unidos e China na região.

*Artigo recebido em 29 de abril de 2022,
aprovado em 10 de abril de 2023.

REFERÊNCIAS

ABDENUR, Adriana Erthal; MARCONDES-NETO, Danilo de Souza. Region-bulding by rising powers: the South Atlantic and Indian Ocean rims compared. **Journal of the Indian Ocean Region**, p.1-17, 2014.

ACHARYA, Amitav; BUZAN, Barry. **The making of Global International Relations: Origins and Evolutions of IR at its Centenary**. Cambridge: Cambridge University Press, 2019.

BARKAWI, Tarak. “Defence Diplomacy” in north-south relations. **International Relations**, v.66, n.3, p.597-612, 2011.

BEHURIA, Ashok; PATTANAIAK, Smruti; GUPTA, Arvind. Does India Have a Neighborhood Policy? **Strategic Analysis**, v.36, n.2, p.229-246, 2012.

³⁶ Essa iniciativa tem como objetivo estabelecer diálogos no campo da segurança entre Austrália, Índia, Japão e Estados Unidos, na região Indo-Pacífico. O QUAD teve início em 2007, sendo restabelecida em 2017.

BERLIN, Don. The rise of India and the Indian Ocean. **Journal of Indian Ocean Region**, v.7, n.1, p.1-31, 2011.

BOOTH, Ken. **Law, Force and Diplomacy at Sea**. London: George Allen & Unwin, 1985.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Política Nacional de Defesa**, Brasília, 2012. Disponível em: https://www.defesa.gov.br/arquivos/estado_e_defesa/END-PND_Optimized.pdf. Acesso em: 25 de jan. 2020.

BULL, Hedley. **A Sociedade Anárquica**: um estudo da ordem política mundial. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002.

CARR, Andrew. BALDINO, Daniel. An indo-pacific norm entrepreneur? Australia and Defence Diplomacy. **Journal of the Indian Ocean Region**, v.11, n.3, p.30-47, 2015

CARVALHO, Vinicius Mariano de. Defence Diplomacy and its potencial for Brazil. **R.Esc.Guerra Naval**, v.22, n.3, p.503-516, 2016.

CHEYRE, Juan Emilio. Defence Diplomacy. In: COOPER, Andrew; HEINE, Jorge; THAKUR, Ramesh. **The Oxford Handbook of Modern Diplomacy**. Oxford: Oxford University Press, 2013.

COTTEY, Andrew; FOSTER, Anthony. Reshaping **Defence Diplomacy**: New Roles for Military Cooperation and Assistance. London: Oxford University Press, 2004.

FONSECA, Raymond Steenkamp. Emerging Power in the Southern Maritime. In: MERWE; J. Van der; TAYLOR, Ian; ARKHANGELSKAYA, Alexandra. **Emerging Power in Africa: A New Wave in the Relationship?** London: Palgrave Macmillan, 2016.

GANGULY, Sumit; MUKHERJI, Rahul. **A Índia desde 1980**. Rio de Janeiro: Apicuri, 2014.

GOKHALE, Nitin. India's erratic defence diplomacy: in need of a booster dose. In: PANT, Harsh. **Handbook of Indian Ocean Defence Policy**: Themes, structures and doctrines. New York: Routledge, 2016.

INDIAN MINISTRY OF DEFENCE. **Annual Report 2004-05. 2005**. New Delhi: Government of India.

INDIAN MINISTRY OF DEFENCE. **Annual Report 2007-08. 2008**. New Delhi: Government of India.

INDIAN MINISTRY OF DEFENCE. **Annual Report 2010-11. 2011**. New Delhi: Government of India.

INDIAN MINISTRY OF DEFENCE. **Annual Report 2011-12. 2012**. New Delhi: Government of India.

INDIAN MINISTRY OF DEFENCE. **Annual Report 2013-14. 2014**. New Delhi: Government of India.

INDIAN NAVY. **Exercise IBSAMAR-V Between India, Brazil and South Africa.** 2019. Disponível em: <https://www.indiannavy.nic.in/content/exercise-ibsamar-v-between-india-brazil-and-south-africa>. Acesso em: 25 de jan. 2020

INDIAN NAVY. **Indian Maritime Doctrine INBR 8.** 2009. Delhi: Integrated Headquarters, Ministry of Defence. Disponível em: <https://www.indiannavy.nic.in/sites/default/files/Indian-Maritime-Doctrine-2009-Updated-12Feb16.pdf>. Acesso em: 24 de jan. 2020.

INDIAN OCEAN NAVAL SYMPOSIUM. **Charter of Business**, version 1.1, 28 march 2014.

INDIAN OCEAN RIM ASSOCIATION. **IORA Maritime Cooperation Declaration.** 23 October 2015.

INDIAN OCEAN RIM ASSOCIATION. **About IORA.** 2017a. Disponível em: <https://www.iora.int/en/about/about-iora>. Acesso em: 26 de jan. 2020.

INDIAN OCEAN RIM ASSOCIATION. Maritime Safety and Security. 2017b. Disponível em: <https://www.iora.int/en/priorities-focus-areas/maritime-safety-and-security>>. Acesso em: 26 de jan. 2020.

ITAMARATY. **BRICS** – Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul. 2020a. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/mecanismos-inter-regionais/3672-brics>. Acesso em: 27 de jan 2020.

ITAMARATY. **IBAS** – Fórum de Diálogo Índia, Brasil e África do Sul. 2020b. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/mecanismos-inter-regionais/3673-forum-de-dialogo-india-brasil-e-africa-do-sul-ibas>. Acesso em: 27 de jan 2020.

MILANI, Carlos; PINHEIRO, Leticia. Política Externa Brasileira: Os desafios de sua caracterização como política pública. **Contexto Internacional**, v.35, n.1, p.11-41, 2013.

MOHAN. Raja. A Índia e o equilíbrio de poder. In: STUENKEL, Oliver. **A Índia na ordem global.** Rio de Janeiro: FGV Editora, 2014.

MUTHANNA, KA. Military Diplomacy. **Journal of Defence Studies**, v.5, n.1, p.1-15, 2011.

NEUMANN, Iver. The English School on Diplomacy: Scholarly Promise Unfulfilled. **International Relations**, v.17, n.3, p.341-369, 2003.

PANT, Harsh. **Indian Foreign Policy: An overview.** Manchester: Manchester University Press, 2016.

PATTANAIK, Smruti. Indian Ocean in the emergin geo-strategic context: Examining India's relations with its maritime South Asian neighbors. **Journal of Indian Ocean Region**, v.12, n.2, p.126-142, 2016.

PLESSIS, Anton Du. Defence Diplomacy; Conceptual and Practical Dimensions with Specific Reference to South Africa. **Strategic Review for Southern Africa**, v.30, n.2, p.87-119, 2008

PWC. **The Long View**: How will the global economic order change by 2050? 2017. Disponível em: <https://www.pwc.com/gx/en/world-2050/assets/pwc-the-world-in-2050-full-report-feb-2017.pdf>. Acesso em: 22 de jul. 2019.

RAGHAVAN, Srinath. India as a Regional Power. In: SIDHU, Waheguru; MEHTA, Pratap; JONES, Bruce. **Shaping the Emerging World**: India and the Multilateral Order. Washington D.C.: Brookings Institute Press, 2013.

REHMAN, Iskander Luke. From an Ocean of Peace to a Sea of Friends. In: SIDHU, Waheguru; MEHTA, Pratap; JONES, Bruce. **Shaping the Emerging World**: India and the Multilateral Order. Washington D.C.: Brookings Intitution Press, 2013.

SAINT-MÉZARD, Isabelle. India's Act East Policy: Strategic Implications for the Indian Ocean. **Journal of the Indian Ocean Region**, v.12, n.2, p.177-190, 2016.

SCOTT, David. India's "Extended Neighborhood" Concept: Power Projection for a Rising Power, **India Review**, v.8, n.2, p.107-143, 2009.

SILVA, Antônio Ruy de Almeida. **A Diplomacia de Defesa na Política Internacional**. Porto Alegre: Palmarinca/ Rio de Janeiro: ESG, 2018.

SINGH, Bawa. India's Neighbourhood Policy: Geopolitical Fault Line of Its Nepal Policy in the Post-2015 Constitution. **Journal of International and Area Studies**, v. 23, n.1, p.59-75, 2016a.

SINGH, Sushant. Military as an instrument of India's foreign policy: an expanding footprint. In: PANT, Harsh. **Handbook of Indian Ocean Defence Policy**: Themes, structures and doctrines. New York: Routledge, 2016b.

SIPRI. **Trends in World Military Expenditure**, 2018. Disponível em: https://www.sipri.org/sites/default/files/2019-04/fs_1904_milex_2018.pdf. Acesso em:

VISENTINI, Paulo Fagundes. **Relações Diplomáticas na Ásia**: Articulações regionais e afirmação mundial (uma perspectiva brasileira). Belo Horizonte: Fino Traço, 2011.

WATSON, Adam. **Diplomacy**: the dialogue between states. London: Methuen, 1982.

WIGHT, Martin. **Power Politics**. Harmondsworth: Penguin, 1979.

WORLD BANK, 2018. **Gross domestic product 2018**. Disponível em: <https://databank.worldbank.org/data/download/GDP.pdf>. Acesso em: 19 dez 2019.